



## RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

# 2013





## Índice

I... MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	3
II... ESTRUTURA DE CAPITAL .....	6
III... PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	6
IV.. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	8
A. Mesa da Assembleia Geral .....	8
B. Administração e Supervisão .....	9
C. Fiscalização.....	17
D. Revisor Oficial de Contas (ROC) .....	23
E. Auditor Externo .....	24
V... ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	25
A. Estatutos e Comunicações .....	25
B. Controlo interno e gestão de riscos .....	26
C. Regulamentos e Códigos .....	27
D. Sítio de Internet .....	27
VI.. REMUNERAÇÕES.....	28
A. Competência para a Determinação.....	28
B. Comissão de Fixação de Remunerações .....	28
C. Estrutura das Remunerações .....	28
D. Divulgação das Remunerações.....	29
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	32
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL .	33
IX.. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	38





## I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

### 1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.

Nos termos legais, e de acordo com os seus estatutos, a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA (doravante designada por APS), tem por objeto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

#### Missão

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e otimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

#### Visão

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infraestruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um ativo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

#### Valores

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

*Respeito* – A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

*Integridade* – A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

*Responsabilidade* – A APS atinge os seus objetivos através da otimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

*Confiança* – A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

*Excelência* – A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.



*Transparência* – A APS modela a sua atuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

*Inovação* – A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

## **2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.**

Encontrando-se ainda em definição os objetivos previstos no artº 43º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, o enquadramento mais recente é o que resulta do Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 onde se define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objetivos de gestão.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objetivos do Plano Estratégico da APS que entrou em vigor em 2003, são as seguintes:

- Consolidação do modelo de gestão *Landlord Port*;
- Desenvolver a infoestrutura portuária;
- Aumentar a segurança marítima e portuária;
- Consolidação do saneamento financeiro da empresa.

## **3. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.**

Considera-se que, globalmente, se encontram cumpridas as orientações estratégicas mencionadas no ponto anterior se encontram cumpridas, bem como um conjunto de outros objetivos definidos no Plano Estratégico:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa encontram-se assegurados. A empresa apresenta resultados positivos desde 2005 e os meios gerados pela sua exploração, conjuntamente com o encaixe proporcionado pela alienação dos equipamentos ligados à concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, permitiram liquidar antecipadamente a totalidade do passivo bancário da empresa e autofinanciar em grande parte novos investimentos de elevada dimensão e valor, como a 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste;
- A mencionada concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Granéis Líquidos, que permitiu a plena adoção ao nível dos terminais de mercadorias do modelo de gestão *LandLord Port*, restando o porto de recreio como única infraestrutura operada diretamente pela autoridade portuária;
- A consolidação das operações no TXXI, que tem crescido sustentadamente ano após ano e que em 2014 deverá ultrapassar o milhão de TEU movimentados;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho eletrónico de todas as autoridades e que evolui atualmente para o conceito de Janela Única Logística com a extensão aos agentes ligados aos modos ferroviário e rodoviário;
- A ZAL Sines em operação e que após a sua infraestruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;



- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efetiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de Julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;

Os grandes desafios identificados foram assim ultrapassados e permitiram posicionar o porto num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos. É atualmente fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e definir corretamente as ações a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional.

Tais desafios, aliados ao alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos de Faro e de Portimão que se concretizará em 2014, impõem a elaboração de um novo Plano Estratégico, o qual permitirá ter um instrumento de gestão atualizado definidor do rumo a seguir, de forma segura e sustentável, para estes ativos estratégicos nacionais.

Especificamente em relação ao exercício de 2013 e não se encontrando ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de Outubro, efetua-se no ponto 1 do Capítulo VIII deste documento a avaliação quantificada do cumprimento dos objetivos de gestão por comparação com as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

#### **4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.**

Os resultados da APS como autoridade portuária e como reguladora e gestora da respetiva área de jurisdição dependem em primeira análise do nível da atividade aí desenvolvida, a qual, por sua vez e como decorre da sua natureza de porto inserido numa importante área industrial e logística, é diretamente influenciada pelo desempenho da economia.

No entanto, e tal como tem acontecido com outros portos nacionais, a atividade portuária em Sines tem apresentado crescimentos expressivos e contínuos mesmo em anos de estagnação ou recessão económica no país.

Tal acontece certamente como reflexo do adequado posicionamento do porto no mercado mundial de transporte de mercadorias por via marítima e das excelentes condições oferecidas quer em termos de infraestruturas quer em termos da produtividade e fiabilidade asseguradas pelos concessionários dos diversos terminais. Acontece, igualmente, pelo reflexo de importantes investimentos recentemente efetuados na área industrial de Sines com um peso marcante nas exportações nacionais.

Em contrapartida, como infraestrutura estratégica de abastecimento energético do país, a atividade do porto estará também sempre condicionada pelas opções tomadas em termos de política energética e da primazia dada à utilização de determinadas matérias-primas ou



fontes energéticas em detrimento de outras como resposta a fatores como o preço, condicionalismos de ordem geopolítica ou condições climatéricas, como meros exemplos.

O clima de paz social no porto, que tem sido possível conseguir e que é sempre uma prioridade para a autoridade portuária, é outro fator determinante para os resultados da empresa.

A eficiente gestão dos recursos internos, permitindo encontrar o compromisso ideal entre a minimização dos custos de funcionamento e a manutenção dos níveis de operacionalidade e de segurança imprescindíveis para o eficiente funcionamento de uma infraestrutura como o Porto de Sines é outro fator da maior importância nos resultados obtidos.

Acrescem as adequadas opções ao nível do investimento, nomeadamente ao nível do investimento público obrigatório e complementar para a viabilização do investimento dos agentes económicos privados que operam no porto, e das condições encontradas para o seu financiamento, onde será fundamental a empresa continuar a incorporar os meios necessários para que o mesmo seja efetuado com capitais próprios ou continuar a encontrar nos subsídios comunitários ou nacionais as fontes de financiamento que permitam não colocar em causa o seu equilíbrio financeiro.

## II. ESTRUTURA DE CAPITAL

### 1. Estrutura de capital social, incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

### 2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

Nada a assinalar.

### 3. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade possam conduzir a eventuais restrições.

Nada a assinalar.

## III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

### 1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.

A APS participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital que se indicam:

- ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

Sede: Rua 24 de Julho nº 1 - 7000-171 ÉVORA

Participação: 3,6% no montante de 23.213 € (2012: 3,6% - 21.871 €)



Capitais próprios 2013: 644.800 € (2012: 607.529 €)

Resultado líquido 2013: 2.323 € (2012: 3.663 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010.

- AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

Sede: Bluebiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 SETÚBAL

Participação 2012: 2,15% no montante de 434.265 € (2011: 2,15% - 434.265 €)

Capitais próprios 2012: 27.293.387 € (2011: 27.216.727 €)

Resultado líquido 2012: 2.346.420 € (2011: 2.389.225 €)

Dividendos atribuídos em 2013 referentes ao exercício de 2012: 47.954 € (2012: 48.829)

- EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

Sede: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 BEJA

Participação: 1,25% no montante de 50.000,00 € (2010: 1,25% - 50.000,00 €)

Capitais próprios 2010: 20.815.802 € (2009: 19.292.713 €)

Resultado líquido: 0 € (2009: 5 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010. A EDAB está em processo de liquidação.

#### Membros dos Órgãos Sociais:

Apenas há a referir as participações do Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Pedro da Silva Soares, nas seguintes entidades:

- LEODOMUS RESTAURANTES, LDA. (NIF 506798178)

Sede: Rua Moínho da Porta, 32 - 8300-171 SILVES

Participação: 1,00% no montante de 200,00 €

- SEA BASS, LDA. (NIF 510207782)

Sede: Rua Infante D.Henrique, 211 - 8500-693 PORTIMÃO

Participação: 23,75% no montante de 3.562,50 €

- J.B.SILVA, LDA. (NIF 501262830)

Sede: Rua Cruz de Portugal, 10 - 8300-135 SILVES

Participação: 12,50% no montante de 625,00 €

Relativamente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. António Maldonado Gonet, não foi possível obter atempadamente informação sobre esta matéria.

#### Revisor Oficial de Contas:

A PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC SROC) é membro da rede mundial de firmas da PricewaterhouseCoopers sendo que cada firma opera de forma separada e independente. Todas as firmas que integram a rede



PwC são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwC IL). Em Portugal para além da PwC SROC, operam ainda duas outras firmas-membro da rede PwC, designadamente a PricewaterhouseCoopers/AG - Assessoria de Gestão, Lda. e a PricewaterhouseCoopers /MFAS - Management, Finance & Accounting Services, Lda.

**2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.**

Nada a assinalar.

**3. A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou de passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo.**

Nada a assinalar.

**4. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

Nada a assinalar.

**5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.**

Nada a assinalar.

**6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Declaração dos membros do órgão de administração de que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, conforme modelo em anexo.**

Estando os administradores sujeitos ao estatuto dos gestores públicos (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro) e aos sistemas de controlo próprios dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, o essencial dos mecanismos de prevenção decorre diretamente da lei. Não obstante, a APS tem um código de ética e mecanismos de prevenção, nomeadamente obrigando os interessados a absterem-se de intervir nas decisões que lhes possam respeitar.

**DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA**

(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Foram emitidas autonomamente as Declarações de Independência relativas a cada elemento do Conselho de Administração, devidamente assinadas.

**IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

**A. Mesa da Assembleia Geral**

**1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência.**



MANDATO (INÍCIO – FIM)	CARGO	NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL	
			FIXADA (€) <sup>(1)</sup>	BRUTO PAGO (€) <sup>(2)</sup>
2008-04-18/2013-07-01	Presidente	António Maldonado Gonelha	672,94	0,00
2008-04-18/2013-07-01	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	448,80	0,00
2013-07-02/2015	Presidente	António Maldonado Gonelha	575,00	0,00
2013-07-02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00

Legenda: (1) – Valor da Senha de presença fixada; (2) – Antes de reduções remuneratórias

- 2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Nada a assinalar.

### **B. Administração e Supervisão**

- 1. Identificação do modelo de governo adotado.**

A APS dispõe de um Conselho de Administração constituído por 3 membros, todos executivos. Não existe Conselho Geral e de Supervisão.

Ainda nos órgãos sociais, a fiscalização é assegurada pelo Conselho Fiscal também com 3 membros. É ainda assegurada pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

- 2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.**

Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de Janeiro) e estatutos da sociedade.

- 3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

MANDATO (Início – Fim)	CARGO	DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE	OBSERVAÇÕES
2008.04.18 – 2013.06.24	Presidente: Dr.ª Maria Lúcia F. Sequeira		2	
2008.04.18 – 2013.06.24	Vogal: Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria		2	
2008.04.18 – 2013.06.24	Vogal: Dr. João Paulo Farinha Franco		2	
Mandato (Início – Fim)	Cargo	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013.06.25/2015	Presidente: Dr. João Paulo F. Franco	DUE 24/06/2013	3	(incluindo os 2 mandatos acima mencionados)
2013.06.25/2015	Vogal: Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	DUE 24/06/2013	1	
2013.06.25/2015	Vogal: Dr. José Pedro da Silva Soares	DUE 24/06/2013	1	



4. **Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.**

Todos os membros do C.A. são executivos. Não existe Conselho Geral e de Supervisão.

5. **Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos nos últimos 5 anos.**

**Presidente do Conselho de Administração - Dr. João Paulo Farinha Franco**

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1976);
- PADE - Programa de Alta Direcção de Empresas - Universidade de Navarra/Associação de Estudos Superiores de Empresas (1988/89);
- Curso de Defesa Nacional - Instituto de Defesa Nacional (1995/96).

**Atividade Profissional - Advogado / Gestor**

***A partir de 25 de Junho de 2013:***

- Presidente do Conselho de Administração da APS – Administração do Porto de Sines, S.A., desde 25 de Junho de 2013.

***2005 a 2013:***

- Administrador da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., desde 23 de Junho de 2005 até 24 de Junho de 2013;

***2002 a 2005:***

- Presidente do Conselho de Administração da Transtejo, Transportes Tejo, S.A., desde 18 de Junho de 2002 até 22 de Junho de 2005; e
- Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., desde 16 de Julho de 2002 até 22 de Junho de 2005;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial desde 8 de Abril de 2003;
- Gerente da SAROS, Sociedade de Medição de Seguros, Lda. desde 1 de Agosto de 2002 até 30 de Junho de 2003;

***1995 a 2001:***

- Administrador da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. desde 23 Jan. 1995 até 31 Ago. 2000;
- Membro da Mesa Administrativa de Santa Casa da Misericórdia de Cascais desde Fev. 1998 até Jan. 2001;
- Administrador do Instituto Marítimo Portuário desde Set. 2000 até Nov. 2001;
- Diretor Assessor da CCFL, S.A. desde Nov. 2001;

**1992 a 1994:**

- Secretário-Geral do Conselho Económico Social (até Set. 1993);
- Administrador da Fernave, S.A.;
- Diretor do Contencioso da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Presidente do Conselho Fiscal da Ferconsult, S.A.;
- Vereador da Câmara Municipal de Cascais (1994-1997);

**1988 a 1992:**

- Administrador do Metropolitano de Lisboa, E.P.;

**1986 a 1988:**

- Assessor Jurídico do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional (até 1987);
- Vogal das Comissões Liquidatárias das Empresas CTM e CNN.;
- Presidente da Assembleia de Freguesia da Parede;
- Membro da Assembleia Municipal de Cascais;

**1982 a 1988:**

- Advogado em profissão liberal;

**1979 a 1982:**

- Advogado;
- Membro da Comissão Nacional de Eleições;
- Adjunto do Presidente da Assembleia da República (1980);
- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho (1981);
- Assessor Jurídico da CTM, E.P.;
- Diretor da Associação Portuguesa dos Armadores da Marinha Mercante;

**1976 a 1979:**

- Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais (1976);
- Monitor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa (1976/1977); Estágio de Advocacia;
- Cumprimento do serviço militar na Direção do Serviço de Justiça e Disciplina do Estado-maior do Exército e no Supremo Tribunal Militar;

**Vogal do Conselho de Administração – Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira****Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações pela Universidade de Aveiro (1976 a 1981);



- Executive Master in Business Administration (eMBA) pela AESE/IESE (Universidad de Navarra) (Setembro de 2008 a Junho de 2010);

#### **Formação Profissional Especializada**

- Gestão de Projetos - Instituto Superior de Gestão de Lisboa (Novembro de 2000 a Janeiro de 2001);
- **PAGE – Programa Avançado de Gestão para Executivos** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (Janeiro a Julho de 2005);
- **GE - Gestão Estratégica e Criação de Valor** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (Maio de 2007);
- **International Week AESE – EMBA Program** - Ross School of Business, Michigan, USA (Junho de 2009);
- **Indian Economy and Management Practices** - Indian Institute of Management, Ahmedabad, Índia (Setembro de 2009);

#### **Atividade Profissional:**

##### ***A partir de 25 de Junho de 2013:***

- Vogal Executivo do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A.;

##### ***1 de Novembro de 2011 a 24 de Junho de 2013:***

- Diretor da Qualidade da Administração do Porto de Sines, S.A.;

##### ***16 de Setembro de 2009 a 31 de Outubro de 2011:***

- Diretor Adjunto do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A.;

##### ***07 de Maio de 2009 a 31 de Agosto de 2009:***

- Administrador - Gestão estratégica da empresa Metalsines - Companhia de Vagões de Sines, SA;

##### ***01 de Julho de 2008 a 15 de Setembro de 2009:***

- Administrador Delegado - Gestão estratégica e corrente da empresa Compelmada Internacional, SA;

##### ***01 de Julho de 2008 a 15 de Setembro de 2009:***

- Diretor de Investimentos para a Área de Sines - Administração das sociedades ou participadas pela entidade patronal na Área de Sines - FTM Holdings, SGPS, SA;

##### ***01 de Julho de 2008 a 15 de Setembro de 2009:***

- Presidente do Conselho Administrativo - Gestão estratégica e corrente da associação - CEMETRA - Centro de Medicina do Trabalho da Área de Sines;

##### ***01 de Fevereiro de 2006 a 30 de Junho de 2008:***





- Diretor de Gestão de Concessões e Áreas Dominiais - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão da área dominial; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

**01 de Fevereiro de 2003 a 31 de Janeiro de 2006:**

- Director de Gestão de Concessões - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

**1999 a 31 de Janeiro de 2003:**

- Diretor de Projetos e Tecnologias - Coordenação dos estudos de modernização e ampliação de estruturas e equipamentos portuários; Realização de projetos nas especialidades de mecânica, eletricidade, automação e instrumentação; Fiscalização de contratos de empreitada e de fornecimento - Administração do Porto de Sines;

**1993 a 1998:**

- Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Direção do Terminal Petrolífero - Chefia de projetos de modernização das instalações elétricas e de instrumentação; Chefia do projeto de modernização do sistema de comando e controlo; Coordenação dos estudos de modernização das instalações do Terminal - Administração do Porto de Sines;

**1992:**

- Chefe do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controlo do Terminal Petrolífero - Chefia do projeto de substituição integral do sistema de controlo distribuído do Terminal; Gestão do contrato de manutenção da instrumentação do Terminal - Administração do Porto de Sines;

**1990 a 1991:**

- Chefe do Serviço de Eletrónica e Telecomunicações - Chefia de diversos projetos de modernização de equipamentos e instalações do Terminal Coordenação do estudo de substituição do sistema de comando e controlo do Terminal Petrolífero - Administração do Porto de Sines;

**1981 a 1990:**

- Engenheiro / Chefe de Turno - Chefia de operação e manutenção de equipamentos de telecomunicações (feixes hertzianos, emissores de onda curta, etc.) na empresa Pro-Funk;

**Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Pedro da Silva Soares**

**Habilitações Académicas:**

- Bacharelato em Gestão pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2006;
- Licenciatura em Gestão no Ramo de Marketing pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2007;

**Formação Profissional Especializada:**



- Curso de Formação Profissional “Marketing” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2002);
- Seminário Internacional “Empresa e Futuro – Séc. XXI e o Desafio de Pensar Diferente e Fazer Melhor!” - Universidade do Algarve – ESGHT – ANJE – Asheville Management Strategic Corporation (2003);
- Curso de Formação Profissional “Instrumentos de Financiamento” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2003);
- Seminário de Fiscalidade “A Tributação das Empresas” - Universidade do Algarve – ESGHT (2004);
- Seminário “Recomendações Estratégicas para as Organizações do Séc. XXI” - Universidade do Algarve – ESGHT (2005);
- Seminário “O Novo Código de Insolvência e Recuperação de Empresas” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2005);
- Conferência Internacional “Náutica Desportiva e de Lazer – Rotas de Afirmção” - Município de Portimão – CCDDR Algarve – Turismo de Portugal/Algarve ( 2009);
- Conferência Internacional “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” - Município de Portimão – Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidades – POPH – QREN – União Europeia (2010);
- Conferência “Barcelona, História de uma Cidade que saltou do quase nada para a Primeira Divisão” - Município de Portimão (2012);
- VI CONGRESSO DA APLOP (Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa) - Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa (2012).

**Atividade Profissional:*****A partir de 25 de Junho de 2013:***

- Vogal executivo da Administração do Porto de Sines, S.A.;

***De Junho de 2007 a 24 de Junho de 2013:***

- Gestor de Projetos - Portimão Urbis, EM – Desenvolvimento e gestão de eventos desportivos, culturais e lazer; Desenvolvimento e promoção de produtos turísticos; Criação do Observatório do Turismo de Portimão; Promoção do Porto de Portimão; Responsabilidade de coordenar, com a autoridade portuária, o fluxo de passageiros e tráfego rodoviário; Coordenação e gestão dos transportes públicos e operações turísticas; Visitas a bordo dos navios para operações de charme, (opinion makers das companhias e relatores de escalas); Gestão de conflitos (armadores, agentes de navegação, autoridade portuária, logistas, entre outros stakeholders) com vista ao maior desempenho e criação de sinergias; Desenvolvimento de estratégias de crescimento para o porto no segmento cruzeiros; Acompanhamento dos estudos do LNEC, com vista ao plano de investimentos, (alargamento e desassoreamento aos - 10m ZH do canal de navegação e bacia de rotação); Cooperação com os restantes portos nacionais, para o desenvolvimento da imagem e promoção internacional no segmento dos cruzeiros, sobre umbrela – Portos de Portugal; Cooperação com o IPTM, no Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC);



Dinamização do terminal; Criação e gestão na rede social facebook, do perfil “Portos do Algarve” (no âmbito da promoção);

**2003 a 2007:**

– Diretor de Marketing - Grupo Propesca – Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico; Liderança das equipas de vendas, marítimo-turísticas e comunicação; Relações com instituições e federações desportivas; Expansão das marcas tituladas; Internacionalização da marca registada “HIRO”;

- 6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Nada a assinalar.

- 7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade**

**Presidente – Dr. João Paulo Farinha Franco**

Representação externa da empresa;

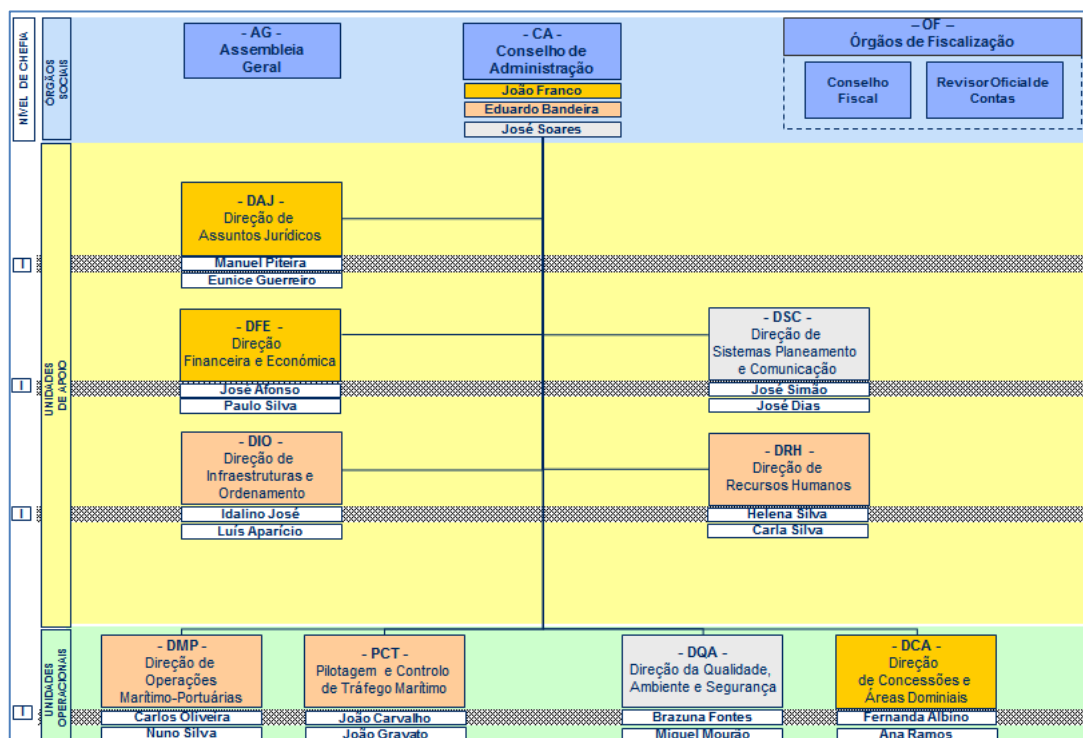
Pelouros: Direção Financeira e Económica; Direção de Concessões e Áreas Dominiais; Direção de Apoio Jurídico; Comunicação.

**Vogal – Engº Eduardo Carvalho Ramos Bandeira**

Pelouros: Direção de Recursos Humanos; Direção de Infraestruturas e Ordenamento; Direção de Operações Marítimo-Portuárias; Pilotagem.

**Vogal – Dr. José Pedro da Silva Soares**

Pelouros: Direção dos Sistemas de Informação e Planeamento; Direção da Qualidade, Ambiente e Segurança; e articulação com os diversos intervenientes na integração dos portos de Faro e Portimão na APS.



## 8. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo:

### (a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.

Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do DL nº. 558/99 de 17 de Dezembro, com a nova redação dada pelo DL nº. 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 50 reuniões em 2013, com o seguinte grau de assiduidade:

No período de 3 de janeiro a 21 de junho de 2013 - Número Total de Reuniões: 24	
Presidente - Dra. Lídia Sequeira	23 Presenças
Vogal - Dr. Duarte Lynce de Faria	24 Presenças
Vogal - Dr. João Franco	24 Presenças
No período de 28 de junho a 26 de dezembro de 2013 - Número Total de Reuniões: 26	
Presidente - Dr. João Franco	25 Presenças
Vogal - Engº Eduardo Bandeira	23 Presenças
Vogal - Dr. José Pedro Soares	22 Presenças





- (b) **Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

A anterior Presidente do Conselho de Administração exerceu em simultâneo até 24.06.2013, data em que cessou funções na APS, o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AICEP Global Parques, SA. As remunerações auferidas no âmbito dessas funções reverteram para a APS.

- (c) **Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos.**

Não aplicável, sem prejuízo da avaliação da gestão pela assembleia geral, nomeadamente por ocasião da aprovação do relatório e das contas anuais. Na ausência da definição dos objetivos previstos no artº 43º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, não existem outros critérios pré-determinados.

- (d) **Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.**

Nada a assinalar.

9. **Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação de comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Não aplicável.

#### **C. Fiscalização**

1. **Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

Nos órgãos sociais, a fiscalização é assegurada pelo Conselho Fiscal com 3 membros. É ainda assegurada pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

MANDATO	CARGO	DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE	OBSERVAÇÕES
(Início – Fim)				
2008-04-18/2013-07-01	Presidente: Dr.ª Ana Paula Gomes Azurara		1	
2008-04-18/2013-07-01	Vogal: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes		1	
2008-04-18/2013-07-01	Vogal: Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos		1	
2008-04-18/2013-07-01	Suplente: Dra. Ana Teresa Reyes		1	
Mandato	Cargo	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
(Início – Fim)				
2013-07-02/2015	Presidente: Dr.ª Ana Paula Gomes Azurara	AG 02/07/2013	2	(incluindo o mandato acima mencionado)
2013-07-02/2015	Vogal: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	AG 02/07/2013	2	(incluindo o mandato acima mencionado)
2013-07-02/2015	Vogal: Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos	AG 02/07/2013	2	(incluindo o mandato acima mencionado)
2013-07-02/2015	Suplente: Dra. Luísa Maria do Rosário Roque	AG 02/07/2013	1	

2. **Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art.º 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC).**

**Presidente:** Dra. Ana Paula Azurara

**Vogal:** Dra. Maria Teresa Moraes

**Vogal:** Dr. Dino Santos

**Suplente:** Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

3. **Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros.**

#### Conselho Fiscal

##### Presidente – Dra. Ana Paula Gomes Azurara

##### **Dados pessoais**

**Nome:** Ana Paula Gomes Azurara

**Data de nascimento:** 5 de Setembro de 1961.

##### **Habilitações académicas**



Licenciada em Direito, na menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Janeiro de 1991.

#### **Atividade profissional**

**De Julho de 2007 até ao presente** – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço;

**De Dezembro de 2004 a Junho de 2007** – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Património (DGP), em comissão de serviço. Na carreira de origem - nomeada Assessora Principal desde 1 de Setembro de 2006;

**De Dezembro de 2001 a Novembro de 2004** - Diretora de Serviços (regime de substituição) da DGP;

**De Setembro de 2001 até Novembro de 2001** - Coordenadora do Gabinete Jurídico (regime de substituição) – lugar equiparado a Chefe de Divisão, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

**De Outubro de 1999 até Agosto de 2001** - Técnica superior de 1.ª Classe (até Abril de 2001) e Técnica Superior Principal, da DGP;

**De Outubro de 1997 até Setembro de 1999** - Coordenadora dos Serviços Jurídicos (Divisão de Estudos Patrimoniais) da DGP;

**De Fevereiro de 1992 até Setembro de 1997** - Carreira técnica superior (1992- Estagiária; 1993 - 2.ª Classe; 1997 e 1.ª Classe) da DGP;

**De Outubro de 1985 até Janeiro de 1992** - Carreira técnica do património (1985-1986 Estagiária; 1987 – 1992 auxiliar de gestão patrimonial) da DGP;

**De Junho de 1984 até Setembro de 1985** - Técnica auxiliar de 2.ª classe, do Instituto Nacional de Estatística;

**De Junho de 1983 até Maio de 1984** – Tarefeira, da *Direção-Geral do Ensino Superior*;

**De Agosto de 1981 até Abril de 1983** - Técnica auxiliar de 2.ª classe (contratada a prazo), Instituto Nacional de Estatística;

**1.º Semestre de 1981** - Agente recenseador (Censos 81), Instituto Nacional de Estatística.

#### **Outras funções e actividades desenvolvidas**

- Desde Abril de 2008 – Presidente Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, SA
- Colaborou nos grupos constituídos para proceder à transferência de património para as Universidades, Clássica e Técnica, de Lisboa e do Porto;
- Integrou o grupo de trabalho encarregue de proceder à transferência de património para o Instituto de Estradas de Portugal;
- Integrou o grupo de trabalho sobre “Aumento de Receita do Estado (rendas) e Operações de Titularização de Créditos”;
- Integrou, como representante da DGP, o grupo de trabalho, criado pelo Despacho Conjunto n.º 427/99 do Ministro das Finanças e da Cultura, com vista à elaboração da tabela de seleção geral dos documentos produzidos na Administração Pública;
- Monitorizou o Curso de “Código do Procedimento Administrativo” na DGP;

- Integrou o grupo de trabalho encarregado de proceder à revisão do Regime Jurídico dos Veículos do Estado.

#### **Formação profissional especializada**

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração);
- “Seminário de Alta Direção” - Instituto Nacional de Administração.

#### **Vogal – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes**

##### **Dados pessoais**

**Nome:** Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

**Data de nascimento:** 25 de março de 1960

##### **Habilitações académicas**

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983

##### **Atividade profissional**

**Desde outubro de 2012** – Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição

**Abril de 2008 a setembro de 2012**- Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF, em regime de substituição

**Junho de 2007 a abril de 2008** – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF, em regime de substituição

**Abril de 2000 a junho de 2007** - Diretora do Gabinete de Prospetiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT)

**Abril de 1993 a abril 2000** – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações da DGT

**1987 a 1993** – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos

##### **Outras funções e atividades desenvolvidas**

**Desde agosto de 2012** – Representante da DGTF na Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE

**Desde março de 2009** – Representante da DGTF na Comissão de Gestão Técnica do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores

**Desde abril de 2008** – Vogal do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.

**Desde abril de 2008** – Membro do Grupo para o Acompanhamento Permanente da Moeda Metálica

**2007 a novembro de 2013** – Vogal do Conselho Fiscal da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.



**Desde 2007** - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

**2004 a fevereiro de 2008** - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

**Desde 2004** – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

**2002 a 2005** - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA

**2002 a 2004** - Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência

**1999 a 2004** - Vogal do Conselho Fiscal da Hidrelétrica de Cahora Bassa, SA

**1998 a 2000** - Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações

**1998** – Representante da Direção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos

#### **Formação profissional especializada**

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração)
- Curso “Formação de Formadores” (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

#### **Vogal – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos**

##### **Dados pessoais**

**Nome:** Dino Jorge Ramos dos Santos

**Data de nascimento:** 20 de Agosto de 1961

##### **Habilitações académicas**

Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1986

##### **Actividade profissional**

**Desde Outubro de 2000** – Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)

**Novembro de 2000 a Outubro 2013** – Chefe de Divisão de Recuperação de Créditos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)

**Maio de 2000 a Novembro 2000** - Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direcção-Geral da Indústria (DGI)

**Setembro 1997 a Maio 2000** – Técnico Superior do Tesouro tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos

**Dezembro 1993 a Setembro 1997** – Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial

**Dezembro 1991 a Dezembro 1993** – Coordenação da Equipa de Projeto “Ativos Financeiros – conta CEROT”

**Novembro de 1986 a Dezembro 1991** – Técnico Superior tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado

#### **Outras funções e actividades desenvolvidas**

**Desde Abril de 2008** – Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A.

**Mai de 2000 a Novembro 2000** – Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comite Art.4” da Comissão Europeia

**Julho 1989 a Dezembro 1993** – Membro da Comissão de Fiscalização da empresa “Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA”

#### **Formação profissional especializada**

Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração), terminado em Março 2006

Curso “Fiscalidade nas Empresas” (Instituto Superior de Gestão), terminado em Dezembro 1999

#### **Suplente – Dra. Luísa Maria do Rosário Roque**

##### **Habilitações Académicas**

- Frequência no Mestrado em Auditoria no I.S.C.A.L.
- Pós-graduação em Mercados Financeiros pelo I.F.B.
- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.
- Bacharelato em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.

##### **Atividade Profissional**

###### **2001/.....**

- Quadro superior da DGTF no Departamento de Serviços de Participações do Estado, a exercer funções de assessoria técnica, no âmbito do estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado.

###### **1996/2001**

- Quadro superior da DGTF da Direção de Apoios Financeiros, no âmbito do processo de concessão de garantias do Estado.

###### **2000/2001**

- Participou no grupo de trabalho da Comissão EURO – DGT

###### **2000/2002**

- Exerceu funções de formadora no âmbito da DGTF

###### **1999 Julho/Dez**

- Participou no grupo de trabalho interno designado “Comissão do Plano de Contingência Ano 2000”

**1989/1998**

- Exerceu funções de docente no Ensino Secundário

**Outros Cargos:**

- Presidente do Conselho Fiscal da FNMF – Fundação Nacional Museu Ferroviário
- Presidente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
- Vice-Presidente da Mesa da A.G. da ANA Aeroportos de Portugal, SA
- Vice-Presidente da Mesa da A.G. da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da APFF, S.A. – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.
- Representante do acionista Estado em várias empresas do SEE

**4. Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, consoante aplicável:****a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro.**

O Conselho Fiscal realizou, durante o ano de 2013, 12 reuniões. Em todas estiveram presentes os seus três membros efetivos.

**b) Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Ver anterior ponto 3 deste capítulo relativo aos elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal.

**c) Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo**

Nada a assinalar.

**d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Nada a assinalar.

**D. Revisor Oficial de Contas (ROC)****1. Identificação do ROC, SROC respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077, representada pelo Dr. José Pereira Alves ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves como suplente.

**2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade.**

Nada a assinalar.

**3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.**

A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., exerce funções desde 2005 (9 anos), sendo que relativamente ao mandato de 2005 a 2007 exerceu funções sobre a forma de Fiscal Único.

MANDATO	CARGO	DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE	OBSERVAÇÕES
(Início – Fim)				
2005.04.06 – 2008.09.11	Fiscal Único - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda.		1	
2008.09.12 – 2012.07.30	Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda.		2	(Incluindo o anterior mandato como Fiscal Único)
Mandato	Cargo	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
(Início – Fim)				
2012.07.31 - ...	Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., representada por:	DUE 22/07/2013	3	(incluindo os 2 mandatos acima mencionados)
	José Pereira Alves - ROC nº 711, ou	DUE 22/07/2013	1	
	César Abel Rodrigues Gonçalves – ROC nº 740	DUE 22/07/2013	1	

**4. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.**

Para além do valor contratado de 20.700 € relativo à revisão de contas, a PricewaterhouseCoopers, Lda. prestou serviços relativos à revisão da alteração do Orçamento 2013 e ao registo dos ativos das concessões, os quais, podendo enquadrar-se na definição genérica de revisão de contas, não estão previstos no âmbito do contrato de prestação de serviços existente.

**E. Auditor Externo**

**1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo em o respetivo ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**





Não aplicável porque no final de 2013 os estatutos não estavam ainda adaptados ao DL 133/2013, de 3 de Outubro, nem tinha decorrido o prazo previsto no artº 73, nº 1, do mesmo diploma.

2. **Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

Idem.

3. **Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Idem.

4. **Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede<sup>2</sup> e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

Idem.

## **V. ORGANIZAÇÃO INTERNA**

### **A. Estatutos e Comunicações**

1. **Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis**

Pela assembleia geral ou por diploma legal (decreto-lei).

2. **Comunicação de irregularidades – meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.**

Nenhum procedimento especial.

3. **Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional. Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e das medidas tomadas para a sua mitigação. Indicar se a empresa cumpre coma legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e se elabora anualmente um Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências, dos factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro. Indicação do local no site da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (Artigo 46º DL 133/2013).**

A empresa possui um Código de ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* consultáveis em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária).

**B. Controlo interno e gestão de riscos**

1. **Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar os riscos relevantes pela empresa).**

A empresa possui diversos sistemas de controlo nos seus diversos domínios de atuação, os quais se encontram em linha com as melhores práticas de governação e com as recomendações internacionalmente reconhecidas. Estes sistemas estão enquadrados no Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança ( [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt), separador Autoridade Portuária), devidamente certificado.

Para além disso, a APS dispõe de um plano de prevenção de riscos de *Compliance* que, na revisão realizada em 2011, passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

Uma referência ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

2. **Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de gestão de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.**

A auditoria interna é exercida no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, envolvendo todas as unidades da empresa e abrangendo todos os domínios da atividade da mesma.

3. **Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da sociedade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.**

O novo Plano Estratégico, a elaborar durante o ano de 2014, irá incorporar a definição da política de risco da sociedade.

4. **Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.**

Não aplicável

5. **Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

As competências no controlo de riscos são exercidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, envolvendo todas as unidades da empresa e abrangendo todos os domínios da atividade da mesma.

6. **Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

Os principais riscos identificados no exercício da atividade são:

- Em termos económicos e financeiros, uma elevada concentração dos níveis da atividade num pequeno número de agentes quer ao nível da movimentação de produtos energéticos (clientes ligados ao complexo portuário e industrial de Sines) quer ao nível da carga contentorizada (armadores);
- Em termos operacionais, os principais riscos são os inerentes à própria natureza dos produtos movimentados no domínio energético (petróleo e seus derivados, gás



natural). Os concessionários do porto estão devidamente apetrechados para a operação e armazenamento destes produtos com a maior segurança e, em conjunto com a autoridade portuária, para a prevenção e minimização dos efeitos de eventuais o eficaz combate a eventuais incidentes ou acidentes quer em termos da segurança de pessoas e bens quer em termos de proteção do meio ambiente;

- A responsabilidade civil dos riscos operacionais referidos encontra-se devidamente transferida (seguros) até aos montantes considerados adequados;
- Relativamente a riscos jurídicos podem referir-se os que são genéricos a qualquer atividade pelo incumprimento de leis e regulamentos, não havendo riscos específicos da atividade portuária desde que ficou concluída a concessão de todos os terminais.

**7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.**

Definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

**8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.**

A divulgação da informação financeira é efetuada de acordo com as orientações do acionista Estado.

**C. Regulamentos e Códigos**

**1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação onde este se encontra disponível para consulta.**

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a APS tem em vigor um conjunto de regulamentação constituído por Planos, Regulamentos, Normas e Códigos de conduta. Esta regulamentação está publicada portal da internet ([www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt)), nomeadamente nos separadores “Autoridade Portuária”, onde se encontra a Política e o Manual de Qualidade, Ambiente e Segurança, “Regulamentos” e “Tarifários”.

**2. Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 47º DL 133/2013).**

A empresa possui um Código de ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* consultáveis em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária).

**D. Sítio de Internet**

**Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada, designadamente.**

**a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;**

[www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Contactos e Ligações)



b) Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

[www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária)

c) Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;

[www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária)

d) Documentos de prestação de contas anuais e caso aplicável, as semestrais;

[www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária)

## VI. REMUNERAÇÕES

### A. Competência para a Determinação

Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Não aplicável
Remuneração das carreiras de chefia	EPAP – Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na sociedade.

### B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Não se encontra atualmente nomeada uma Comissão de Fixação de Remunerações.

### C. Estrutura das Remunerações

#### 1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Deliberada pela Assembleia Geral tendo presente a legislação aplicável, nomeadamente a classificação da empresa (Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, e o Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro)

#### 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.

Não aplicável.

#### 3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Não aplicável.

4. **Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não aplicável.

5. **Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.**

Não aplicável.

6. **Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Não aplicável.

**D. Divulgação das Remunerações**

1. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.**

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2013						
	VARIÁVEL	FIXA (*)	OUTRA	REDUÇÃO LEI 12-A/2010	REDUÇÃO (LEI OE)	REDUÇÃO ANOS ANTERIORES (**)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	58.488,08	0,00	-2.951,38	0,00	0,00	55.536,69
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	50.738,60	0,00	-2.536,95	0,00	0,00	48.201,65
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	35.350,38	0,00	-1.767,54	0,00	0,00	33.582,84
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	0,00	48.368,99	0,00	-2.421,07	-4.569,60	0,00	41.378,32
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	0,00	39.679,83	0,00	-1.983,95	-3.654,96	0,00	34.040,92
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	0,00	37.760,83	0,00	-1.887,99	-3.348,00	0,00	32.524,84

(\*) Inclui a remuneração + despesas de representação (\*\*) Redução de anos anteriores: referente a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

A redução decorrente da Lei do OE não foi aplicada no período correspondente ao anterior mandato na sequência de despacho superior da tutela. A Deliberação Social Unânime por Escrito, de 24 de Junho de 2013, que elege o novo Conselho de Administração e fixa as correspondentes remunerações, determinou a aplicação desta redução a partir dessa data.



NOME	SUB. REFEIÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€) – ANO 2013					
		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		SEGURO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO
		IDENTIFICAR	VALOR				
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	795,30	CGA	10.570,86	n.a.	0,00	28,16	276,57
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	845,91	Seg. Social	9.048,48	299,09	0,00	28,16	240,04
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	896,52	Seg. Social	7.876,29	299,09	0,00	28,16	167,24
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	521,91	Seg. Social	8.694,64	288,97	0,00		206,06
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	499,59	CGA	7.932,36	288,97	0,00	28,16	169,52
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	538,02	Seg. Social	7.748,08	156,17	0,00	28,16	161,97

NOME	BENEFÍCIOS SOCIAIS – OUTROS (€) – ANO 2013											
	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	Comparticipação de atos médicos	49,05	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	Encargo com a ADSE	1.329,30	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	0,00
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	370,44	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	57,14	Custos diretos com formação profissional	95,25
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	66,01	Custos diretos com formação profissional	0,00
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	0,00
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	Comparticipação de atos médicos	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	628,99	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	30,00
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	366,60	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	34,15	Custos diretos com formação profissional	0,00

**2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

A anterior Presidente do Conselho de Administração exerceu em simultâneo até 24.06.2013, data em que cessou funções na APS, o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AICEP Global Parques, SA. As remunerações auferidas no âmbito dessas funções, no montante de 9.663,66 euros, reverteram para a APS.

**3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

Nada a assinalar.

**4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Nada a assinalar.

**5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade.**

Conselho Fiscal

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2013		
	BRUTA	REDUÇÃO (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
Ana Paula Azurara (2008-04-18/2013-07-01)	7.851,48	0,00	7.851,48
Maria Teresa Morais (2008-04-18/2013-07-01)	5.888,64	0,00	5.888,64
Dino Santos (2008-04-18/2013-07-01)	5.888,64	0,00	5.888,64
Ana Teresa Reyes (2008-04-18/2013-07-01)	0,00	0,00	0,00
Ana Paula Azurara (2013-07-02/2015)	9.059,47	-905,90	8.153,57
Maria Teresa Morais (2013-07-02/2015)	6.794,54	-656,08	6.138,46
Dino Santos (2013-07-02/2015)	6.794,54	-656,08	6.138,46
Lúisa Maria Roque (2013-07-02/2015)	0,00	0,00	0,00

A redução decorrente da Lei do OE não foi aplicada no período correspondente ao anterior mandato na sequência de despacho superior da tutela. A Assembleia Geral de 2 de Julho de 2013, determinou a aplicação desta redução, a partir dessa data, para os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal nela eleitos.

Revisor Oficial de Contas

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL		
	BRUTA	REDUÇÕES (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
	(€)	(€)	(€)
PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas	20.700	2.070	18.630
PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas	6.970	-	6.970
PricewaterhouseCoopers & Associados – total	25.600	-	25.600

**6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.**

MANDATO (INÍCIO – FIM)	CARGO	NOME	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (€) <sup>(1)</sup>	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) (ANO 2013)		
				BRUTA <sup>(2)</sup>	REDUÇÕES (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
2008-04-18/2013-07-01	Presidente	António Maldonado Gonelha	672,94	0,00	0,00	0,00
2008-04-18/2013-07-01	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	448,80	0,00	0,00	0,00
2013-07-02/2015	Presidente	António Maldonado Gonelha	575,00	0,00	0,00	0,00
2013-07-02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00	-22,55	352,45

**VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS****1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Código de ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de Compliance consultáveis em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) (separador Autoridade Portuária).

A registar o pagamento trimestral ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, ou às entidades que lhe sucederam, de 5% dos rendimentos registados na conta 72 – Prestações de Serviços, abatida dos proveitos relativos à prestação do serviço de pilotagem, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 1 do artº 28º dos estatutos daquele organismo, publicados em anexo ao DL nº 257/2002, de 22 de Novembro.

**2. Informação sobre outras transações:**

**a) Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;**

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do Código dos Contratos Públicos (CCP), apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos limiares previstos em termos comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, Ambiente e Segurança que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do CCP. No ano de 2013 foram lançados dez procedimentos, um por concurso público e nove por ajuste direto com consulta a várias entidades. Estes procedimentos deram lugar a nove adjudicações.

**b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;**

Nada a registar.

**c) Lista de fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2013**

ENTIDADE	VALOR (€)
IBERDROLA GENERACION, S.A.U.	1.905.308,67
ESTALEIROS NAVAIS DE PENICHE	619.947,06
INCENTEA - TECNOLOGIA DE GESTÃO, SA	365.309,45
ITEN SOLUTIONS - SIST. INFORMAÇÃO, SA	325.237,30
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, SA	320.335,84
ECOSLOPS PORTUGAL S.A.	290.514,86
PROTECNIL, SA	280.526,71
RONSEGUR - RONDAS E SEGURANÇA, LDA	266.621,85
CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	239.858,17
EGAPI - EQUIP. GESTÃO P/APLICAÇÕES INDUSTRIAIS, LDA	237.371,55
PETROLEOS DE PORTUGAL, PETROGAL, SA	229.121,27
LUSAGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS,	196.909,31

## VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro seguinte considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

OBJETIVO	META 2013	RESULTADO 2013	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)
Volume de negócios (m€)	34.309	37.786	110,13
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) (%)	64,22	55,66	86,68
Resultados Líquidos (m€)	9.700	12.380	127,63
ROACE (%)	4,27	5,31	124,36
Movimento de mercadorias (mT)	31.000	36.514	117,79
PMP (nº de dias)	30	31	96,77
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	3.930	2.472	62,90
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	1,46	1,55	94,19

## 2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A APS vem apresentando desde 2005, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Em 2013 o resultado líquido ascendeu a 12,4 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA), ajustado pela dedução da imputação da amortização de subsídios, a 21 milhões. Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, tendo estes totalizado 3,5 milhões de euros em 2013, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o accionista Estado português. Adicionalmente, será de referir que no final de 2013 o passivo bancário da APS continuava a ser nulo.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas continuam a aplicar-se em vários domínios. Internamente será de referir:

- No sentido de beneficiar socialmente os seus trabalhadores e trabalhadoras, a APS possui um serviço de Medicina Social, para além da regulamentar Medicina no Trabalho, um seguro de saúde para os/as subscritores/as do Regime Geral de Segurança Social e um regulamento de obras sociais que, em matéria médica, medicamentosa e hospitalar, complementa o sistema de saúde dos/as subscritores/as da Caixa Geral de Aposentações e, portanto, beneficiários/as da ADSE.
- A APS possui serviços de Segurança e Medicina no Trabalho e de enfermagem próprios que desenvolvem as atividades previstas na legislação geral, promovendo a elaboração de normas internas para a melhoria das condições de segurança e saúde na sua área de jurisdição, impondo o seu cumprimento por parte de todas as entidades que nela desenvolvem as suas atividades, empreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e outras.
- As obras sociais preveem ainda diversos apoios em matéria de prestações sociais, como sejam fundo de auxílio, auxílio para estudos, auxílio na infância e transporte, abrangendo todas as trabalhadoras e trabalhadores.
- Transporte entre a empresa e os principais pólos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno, inserindo-se entre outras medidas de incentivo ao conciliar da via profissional e familiar;





- O apoio ao Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores do Porto de Sines é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos/as seus/suas colaboradores/as;

Noutra vertente será de mencionar o acolhimento de estágios curriculares e profissionais e, no relacionamento com a região onde se insere, o apoio, sobre a forma de mecenato, a organizações sem fins lucrativos com destaque para o apoio às Associações de Bombeiros de toda a região e a eventos culturais e desportivos.

Durante o ano de 2013, o Porto de Sines continuou a estar aberto a iniciativas que envolvam a população mais jovem (escolas de vários níveis de educação), ciente de que é da maior importância que os mais jovens tenham conhecimento da infraestrutura portuária de Sines e do papel determinante que esta desempenha na região onde se insere e no país.

Por outro lado, com a aplicação da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da APS visa-se a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores/as, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da atividade, promovendo a segurança e saúde de todos/as os/as colaboradores/as envolvidos/as nas suas atividade e seguindo os princípios da melhoria contínua.

Esta política concretiza-se no Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação e tem como princípios:

- Melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados;
- Assegurar que os colaboradores próprios e subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho;
- Estabelecer relações, com os seus fornecedores, numa ótica de benefício mútuo, privilegiando os que melhor atendam aos requisitos estabelecidos;
- Melhorar os resultados económicos e cumprir o plano de atividades aprovado;
- Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis aos serviços prestados, aspetos ambientais e à segurança e saúde;
- Prevenir, controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas atividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes;
- Identificar e prevenir os riscos inerentes à sua atividade, promovendo a implementação de ações com vista ao controlo e à minimização desses riscos;
- Promover a identificação e minimização dos aspetos ambientais significativos e dos riscos existentes incentivando a implementação de ações corretivas e preventivas adequadas pelas entidades por si licenciadas e concessionadas;
- Assegurar que na concepção de novas instalações e procedimentos de trabalho sejam tidos em conta fatores de saúde e segurança no trabalho e ambiente;
- Desenvolver ações que permitam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em suporte electrónico, bem como o seu cumprimento por todos os utilizadores;



- Promover uma atuação pró-ativa de incremento dos níveis de segurança física e lógica dos sistemas, nomeadamente na implementação de novas infra-estruturas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas de informação.

Neste domínio, durante o ano de 2013, a APS manteve as suas certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade (conforme a norma ISO 9001:2008), de Gestão Ambiental (de acordo com a norma ISO 14001:2004) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (em conformidade com a norma OHSAS 18001:2007).

Desde 22 de julho de 2013, reforçando o seu compromisso de focalização no cliente e na sustentabilidade da sua atividade, a APS detém igualmente a certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a norma ISO/IEC 27001:2005. Também atribuída pela Lloyd's Register Quality Assurance, esta certificação tem como âmbito a "gestão da segurança da informação nos serviços de governação da JUP - Janela Única Portuária no Porto de Sines, para o suporte aos despachos associados às escalas de navios e às mercadorias carregadas e descarregadas", conforme Certificado de Aprovação N.º LIS6017860.

A APS promove ainda políticas ativas de melhoria dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

### **3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:**

- a) Responsabilidade social – Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores. Adoção de planos de igualdade e tratamento e oportunidades, de forma a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.**

**Medidas adotadas pela empresa no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de Fevereiro. Indicação das medidas implementadas no âmbito do investimento na valorização profissional.**

A APS adota uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias, dispondo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de atuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Para o alcance deste princípio muito tem contribuído a certificação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança assente numa lógica de melhoria contínua, bem como a existência do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, pretendendo-se igualmente que com a figura do Provedor do Cliente do Porto de Sines, seja reforçada a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do porto de Sines.

Importa ainda salientar que no ano de 2013 foi publicitado internamente e por referência do Dia Internacional da Mulher o primeiro Plano para a Igualdade de Género 2013/2015. Também em fevereiro de 2013 foi assinado com a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), o Acordo de Adesão ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género –



O nosso compromisso”, implicando esta adesão a definição de compromissos de melhoria em matéria de igualdade de género.

**b) Responsabilidade ambiental – Políticas adotadas para promoção da proteção ambiental e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável.**

Durante o ano de 2013 a APS manteve a certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001:2004, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reativa, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, na vertente preventiva, na aplicação de medidas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e na monitorização ambiental. Neste controlo e monitorização são envolvidas, entre outras, entidades ligadas à investigação e ao ensino e abrangidas áreas como os ambientes marinhos, o ar, a água balnear e o solo.

Encontram-se também definidas e implementadas na organização medidas relacionadas com a recolha seletiva de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadrados na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.

A APS por considerar fundamental uma estratégia de desenvolvimento sustentável, patente nas certificações do sistema de qualidade, ambiente e segurança segundo os mais elevados padrões internacionais e ainda no âmbito da atribuição da Bandeira Azul da Europa à Praia Vasco da Gama, promoveu, também, atividades de educação ambiental, que se realizaram na sua área de jurisdição durante o ano 2013.

De referir ainda que, em 2013, a APS decidiu mais uma vez candidatar a Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio ao Programa Bandeira Azul, tendo estes recebido o referido galardão de qualidade conforme vem acontecendo nos últimos anos.

A Praia Vasco da Gama foi distinguida pela 2ª vez consecutiva com a “Qualidade de Ouro” pela Quercus, a qual é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objetivo premiar as praias que ao longo de cinco anos apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente, oferecendo uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água.

Obteve ainda, como já vem sendo usual, a distinção de “Praia Acessível Para Todos”, por esta praia reunir um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

**c) Responsabilidade económica – Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Planos de ação para o futuro. Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).**

No ponto 6 do Relatório de Gestão e Contas são apresentados os principais projetos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines. Nestes têm especial destaque os projetos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos eletrónicos

integradores do despacho de navios e mercadorias e relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são fatores essenciais para a competitividade do Porto de Sines.

Por sua vez o ponto 9 do mesmo documento apresenta as perspetivas de desenvolvimento futuro, onde se destacam as perspetivas de expansão do Terminal de Contentores e a alteração estrutural da atividade da empresa com o alargamento do âmbito de gestão aos portos do Algarve.

No quadro seguinte resumem-se os principais indicadores previsionais da atividade da empresa no curto prazo:

INDICADOR	APROVADO PELO CA 2013	ORÇAMENTO 2014	VAR% 2014/2013
Movimento de Mercadorias (mil.tons.)	36.514	38.432	5,25%
Volume de Negócios (mil.euros)	37.786	39.490	4,51%
EBITDA ajustado	21.032	21.846	3,87%
Resultados Líquidos (mil.euros)	12.380	12.650	2,18%
ROACE (%)	5,31%	5,37%	1,12%
Autonomia Financeira	68,32%	67,80%	-0,75%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	31	30	-3,23%

## IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Cumprimento das Recomendações

**Identificação das medidas tomadas, no âmbito de orientações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário. Para cada recomendação deverá incluir:**

**a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página).**

Ver quadro no final deste capítulo.

**b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial.**

Nada a assinalar.

**c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.**

Nada a assinalar.

### 2. Outras informações

**A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.**

Nada a assinalar



	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>I</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		4	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		5	
<b>II</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	x		x		6	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	x		x		6	
3.	Acordos parassociais.	x		x		6	
<b>III</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		6	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		8	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	x		x		8	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		8	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		8	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	x		x		8	
<b>IV</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		8	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		9	





	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	x		x		9	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		9	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		9	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		9	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		10	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		15	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		15	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		16	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	x		x		17	
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		18	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		18	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		18	
4.	Funcionamento da fiscalização.	x		x		23	
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		23	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		24	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		24	
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>						



	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
1.	Identificação.	x		x		24	
2.	Política e periodicidade da rotação.	x		x		25	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	x		x		25	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	x		x		25	
<b>V.</b>	<b>Organização Interna</b>						
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		25	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		25	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		25	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		26	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		26	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		26	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		26	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		27	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		27	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		27	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		27	
<b>D.</b>	<b>Sítio de Internet</b>						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		27	
<b>VI</b>	<b>Remunerações</b>						



	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		28	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						
	Composição.	x		x		28	
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		28	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		28	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		28	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		29	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		29	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		29	
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		29	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		31	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		31	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		31	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		31	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		31	
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		32	
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		32	
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		33	



	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		34	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X X X		X X X		36	
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		38	
2.	Outras informações	x		x		38	

Sines, Abril de 2014

O Conselho de Administração

João Paulo Farinha Franco  
Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira  
Vogal

José Pedro da Silva Soares  
Vogal